



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.850, DE 2019 **(Do Sr. Felipe Carreras)**

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre análise de resíduo de agrotóxico em alimentos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8026/2017.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclui-se o inciso V ao art. 9º da 7.802, de 11 de julho de 1989 com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

V – Analisar e publicar relatórios semestrais sobre resíduos de agrotóxicos em alimentos.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 30 de outubro de 2019 na Comissão de Defesa do Consumidor foi realizada uma audiência pública com a presença dos ministros da saúde e da agricultura sobre a liberação recorde de agrotóxicos no Brasil no corrente ano.

Notamos que apesar dos esforços dos ministros eles não conseguem garantir que o alimento que chega a mesa dos consumidores brasileiros esta livre de incidência de agrotóxicos devido a competência de análise estar vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual tem um programa de análise de resíduo e que desde 2015 não divulga os resultados.

Entendemos como salutar a independência da agencia reguladora, porém não podemos colocar em risco a população brasileira para aguardar a divulgação deste relatório sem um tempo determinado e com uma frequência que garanta ao brasileiro saber o que ele esta colocando em sua mesa.

Ante o exposto, apresentamos o presente projeto para incluir na lei que regulamenta os agrotóxicos a necessidade realização de pesquisa e publicação da mesma a cada seis meses sobre a necessidade de se fazer análise de sobre resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Considerando, pois, a importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2019.

Deputado FELIPE CARRERAS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

-
- Art. 9º No exercício de sua competência, a União adotará as seguintes providências:
- I - legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico;
 - II - controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação;
 - III - analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados;
 - IV - controlar e fiscalizar a produção, a exportação e a importação.
- Art. 10. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.
-
-

FIM DO DOCUMENTO